



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA DO TOCANTINS
CURSO GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

JULYANNA MARTINS SANTANA

**HISTÓRIA E INVISIBILIDADE: O TRABALHO DE MULHERES NO ESTADO DO
TOCANTINS - BRASIL**

MIRACEMA DO TOCANTINS, TO

2026

Julyanna Martins Santana

História e invisibilidade: o trabalho de mulheres no Estado do Tocantins - Brasil

Produção de trabalho final de graduação II apresentado à Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus Universitário de Miracema do Tocantins como pré-requisito para obtenção do título de bacharel em Psicologia.

Orientadora: Professora Dr^a. Francisca Maria Carvalho Cardoso

Miracema do Tocantins, TO

2026

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

S232h Santana, Julyanna Martins.
História e invisibilidade: o trabalho de mulheres no Estado do Tocantins -
Brasil / Julyanna Martins Santana. – Miracema, TO, 2026.
42 f.
Artigo de Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus
Universitário de Miracema - Curso de Psicologia, 2026.
Orientadora : Francisca Maria Carvalho Cardoso
1. mulheres. 2. trabalho invisível. 3. trabalho de mulheres realidade
tocantinense. 4. mercado de trabalho. I. Título

CDD 150

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer
forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte.
A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184
do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da
UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

JULYANNA MARTINS SANTANA

HISTÓRIA E INVISIBILIDADE: O TRABALHO DE MULHERES NO ESTADO DO
TOCANTINS - BRASIL

Artigo apresentado à Universidade Federal do Tocantins
– Campus Universitário de Miracema do Tocantins,
Curso de Psicologia, foi avaliado para a obtenção do
título de bacharelado e aprovado em sua forma final pela
Orientadora e Banca Examinadora.

Data de aprovação: 30 / 03 / 2026

Banca Examinadora

Prof. Dr.^a Francisca Maria Carvalho Cardoso , Orientadora - UFT

Prof. Dr.^a Jamile Luz Morais Monteiro, Examinadora - UFT

Prof. Dr.^a Daniela Ponciano Oliveira, Examinadora - UFT

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, por ter sido minha força quando eu pensei em desistir, meu refúgio nos dias difíceis e minha esperança nos momentos de cansaço.

À minha mãe, meu porto seguro, por nunca soltar minha mão, por acreditar em mim até quando eu mesma duvidei e por ser amor, apoio e acolhimento em todos os momentos.

A todos os professores que fizeram parte desse percurso acadêmico, cada um contribuindo de forma única para minha formação.

À minha orientadora, Prof^a Dr^a Francisca, pela paciência, dedicação e generosidade em compartilhar seus conhecimentos. Sua orientação foi essencial para a construção deste trabalho.

E, de maneira muito especial, à minha filha, que chegou em meio a essa reta final, tão pequena, tão frágil e ao mesmo tempo tão forte. Peço perdão pelos momentos em que precisei me ausentar, pelos braços que nem sempre puderam estar disponíveis.

RESUMO

A presente pesquisa apresenta como objetivo compreender a história das mulheres no mercado de trabalho e a invisibilidade do referido trabalho no Tocantins. Caracteriza-se como pesquisa qualitativa documental com revisão narrativa, assim como dados documentais públicos utilizamos dados: do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) acerca da realidade do mercado de trabalho de mulheres no Tocantins. As características das relações de poder no trabalho das mulheres envolvem opressão masculina e a necessidade de desconstrução e reconstrução do conceito de masculinidade e feminilidade. As condições revelam-se ainda piores para as mulheres negras, consistindo-se de disparidades estruturais que se materializam nos índices mais alarmantes de desocupação, informalidade e baixos salários no Tocantins. Contudo, a pesquisa não se esgota aqui, pois o trabalho de mulheres compreende uma série de aspectos que não podem ser explanados e condensados na íntegra em um único trabalho acadêmico.

Palavras-chave: mulheres. trabalho invisível. trabalho de mulheres e realidade tocantinense. mercado de trabalho.

ABSTRACT

This research aims to understand the history of women in the labor market and the invisibility of said work in Tocantins. It is characterized as qualitative documentary research with a narrative review, and we used public documentary data from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), the Institute for Applied Economic Research (IPEA), and the United Nations Development Programme (UNDP) regarding the reality of the women's labor market in Tocantins. The characteristics of power relations in women's work involve male oppression and the need to deconstruct and reconstruct the concepts of masculinity and femininity. Conditions are even worse for Black women, consisting of structural disparities that materialize in the most alarming rates of unemployment, informality, and low wages in Tocantins. However, the research does not end here, as the work of women encompasses a range of aspects that cannot be fully explained and condensed into a single academic paper.

Keywords: women. invisible work. female work and Tocantins reality. labor market.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|----------------------------------|----|
| Mapa do estado do Tocantins..... | 28 |
|----------------------------------|----|

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

| | |
|--|----|
| Tabela 1 – Sistematização dos trabalhos encontrados na revisão..... | 31 |
| Gráfico 1 – Participação das mulheres no trabalho doméstico remunerado em 2018..... | 34 |
| Gráfico 2 – Participação das mulheres brancas e negras no trabalho doméstico remunerado em 2018..... | 34 |
| Gráfico 3 – Participação das mulheres no mercado de trabalho em 2022..... | 35 |
| Gráfico 4 – Participação das mulheres brancas no mercado de trabalho informal em 2022.... | 36 |
| Gráfico 5 – Participação das mulheres pretas ou pardas no mercado de trabalho informal em 2022..... | 36 |
| Gráfico 6- Participação das mulheres tocantinenses no mercado de trabalho em 2022 | 37 |
| Gráfico 7- Ociosidade forçada das tocantinenses entre 15 e 24 anos em 2022..... | 37 |
| Gráfico 8- Diretores e gerentes em 2024..... | 38 |
| Gráfico 9- Diretores e gerentes mulheres em 2024..... | 39 |
| Gráfico 10- Operadores de instalações e máquinas e montadores em 2024..... | 39 |
| Gráfico 11- Rendimento médio feminino no Tocantins em 2024..... | 40 |

LISTA DE SIGLAS

| | |
|--------|---|
| CFEMEA | Centro Feminista de Estudos e Assessoria |
| FGTS | Fundo de Garantia por Tempo de Serviço |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| IDH | Índice de Desenvolvimento Humano |
| IPEA | Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada |
| PNUD | Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento |

SUMÁRIO

| | | |
|------------|---|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO | 10 |
| 2 | METODOLOGIA..... | 11 |
| 3 | REVISÃO DA LITERATURA..... | 13 |
| 3.1 | O Trabalho | 13 |
| 3.2 | O Trabalho através dos Tempos | 14 |
| 3.3 | O trabalho invisibilizado..... | 15 |
| 3.4 | As Mulheres e o Trabalho no Brasil | 19 |
| 3.5 | As Relações de Poder no Trabalho | 21 |
| 3.6 | As Relações de Poder no Trabalho das Mulheres..... | 21 |
| 3.7 | Mulheres e o trabalho no Tocantins..... | 25 |
| 4 | RESULTADOS E DISCUSSÕES..... | 29 |
| 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 39 |
| | REFERÊNCIAS | 40 |

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho explorou a significação da história do trabalho das mulheres no estado do Tocantins-Brasil com foco na invisibilidade do trabalho dessas mulheres. O trabalho, como o mundo em geral, se transforma, sofrendo influência de seu espaço e tempo, isto é, seu momento histórico. Ao longo dos séculos, homens e mulheres constroem este mundo nas mais diversas áreas existentes, porém, nem sempre de maneiras facilmente perceptíveis por toda a sociedade. Em se tratando do trabalho, especificamente, o de mulheres, parece haver o que se pode considerar invisibilidade, a qual merece investigação aprofundada para maior e melhor detalhamento, de forma a compreender esse real contexto.

A justificativa para a elaboração deste trabalho reside no fato de que a atividade laboral feminina no país é uma análise relevante para a História, Sociologia, Psicologia e outras áreas, assim como importante no segmento econômico brasileiro, além de ser fonte de autorrealização, experiências psicossociais e sentido para a vida (RIBEIRO; LÉDA, 2009 apud CARVALHO; BENDASSOLLI, 2019). Logo, o objetivo geral é investigar a história das mulheres no mercado de trabalho tocantinense e a invisibilidade deste trabalho, isto é, o que já sofreram até os dias de hoje, ao passo que como objetivos específicos temos: delinear as características do trabalho envolvendo as relações de poder no trabalho das mulheres, analisar a realidade atual do mercado de trabalho das mulheres, discutir como o trabalho das mulheres é afetado pela invisibilidade no contexto tocantinense. A pergunta norteadora deste trabalho é a seguinte: Como a invisibilidade do trabalho das mulheres aparece nos dados do estado do Tocantins?

A revisão de literatura aborda o trabalho, desde a sua conceitualização e percurso através dos tempos, juntamente com a problemática do trabalho invisibilizado, bem como as mulheres e o trabalho em nosso país, as relações de poder associadas ao trabalho e as relações de poder no trabalho de mulheres. Para tanto, tem-se o respaldo de autores acerca do conteúdo envolvido. Contudo, é de evidente relevância considerar que as respostas que forem encontradas não esgotarão a temática envolvida, pois o trabalho de mulheres contém uma gama de aspectos que não podem ser completamente explanados e condensados em um único trabalho acadêmico.

2 METODOLOGIA

Este trabalho baseou-se na pesquisa qualitativa. Para Minayo (2012), a pesquisa qualitativa, preocupa-se com o universo de significados, de motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes. Segundo Duarte, os métodos qualitativos,

fornecem dados muito significativos e densos, mas, também, muito difíceis de se analisarem. Sempre se lê isso em textos sobre metodologias de pesquisa em ciências sociais, entretanto só se tem ideia da dimensão dessa afirmação quando se está diante de seu próprio material de pesquisa e se sabe que é preciso dar conta dele. (DUARTE, 2002, p. 151).

Por isso, a pesquisa qualitativa e exploratória, ao mesmo tempo, enriquecedora e desafiadora, pois oferece profundidade nos dados, embora estes sejam complexos em sua análise. É essencial, nesses casos, que sejam estabelecidos critérios de acordo com os quais serão selecionados os sujeitos que irão compor o universo de investigação. Em seguida, será possível construir a análise e atingir à compreensão mais ampla do problema delineado. Um problema a ser enfrentado de modo imediato é a descrição e delimitação da população base (DUARTE, 2002).

A partir da pesquisa documental, optamos por efetuar uma revisão de literatura narrativa, a qual é qualitativa em sua síntese. Os artigos de revisão de literatura narrativa, segundo Rother (2007), são formados pela análise da literatura pesquisada, na interpretação e análise crítica pessoal advinda do autor. Essa revisão de literatura é flexível, ou seja, sem um método rígido de buscas, focando-se em interpretar teoricamente os temas, as análises documentais aqui feitas, pois abrangemos no presente trabalho, estudos clássicos e contemporâneos sobre mulheres e trabalho, bem como analisamos dados de bases públicas a partir da inserção dessas mulheres no trabalho, e assim analisamos à luz de referências de autores clássicos que discutem sobre o tema e os atuais.

Desse modo, o presente estudo utilizou dados documentais públicos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) sobre a realidade do mercado de trabalho das mulheres no Tocantins.

Para a busca dos materiais da revisão sistemática, foram utilizadas as seguintes palavras-chave: mulheres AND trabalho invisível no Tocantins, trabalho feminino AND realidade tocantinense, na base de dados *Scielo* e no Repositório Institucional da UFT (RIUFT).

Logo, a pesquisa teve como análise de dados publicações dos últimos cinco anos de

bases de documentos públicos e de publicações sobre o objeto estudado acerca da realidade do mercado de trabalho de mulheres no Tocantins, dialogando assim com referenciais teóricos contemporâneos e clássicos.

3 REVISÃO DA LITERATURA

Entre os autores utilizados como respaldo teórico acerca da temática abordada, destacam-se: Daniel Santos de Carvalho e Pedro Fernando Bendassolli: pesquisadores brasileiros que colaboram em estudos acadêmicos na área de Psicologia do Trabalho e das Organizações; o francês Yves Schwartz: filósofo, considerado o pai da Ergologia (abordagem que estuda atividade de trabalho); Heleith Saffioti; escritora e professora, socióloga, pensadora feminista. Foi pioneira nos debates brasileiros sobre as realidades das mulheres sob o capitalismo; Maria José Tonelli: psicóloga, doutora em psicologia organizacional; Raquel Soihet: historiadora. É uma das pioneiras e mais importantes pesquisadoras no Brasil sobre a história das mulheres, Richard Sennett: sociólogo e historiador, cujas contribuições são fundamentais para a compreensão do tema.

3.1 O Trabalho

“O trabalho tem lugar central na vida humana, uma vez que é fonte de renda e subsistência, mecanismo de participação e inserção social, além de possibilitar o alcance de metas” (SILVA et. al.,2024, p.2). Assim sendo, o trabalho é importante para o ser humano em diversas áreas de sua vida, ainda que, por vezes, sua relevância não seja percebida para além da indiscutível atividade do dia a dia.

Para Carvalho e Bendassolli (2019, p. 3), o processo de significação no trabalho possui “ três elementos: significados, sentidos e sua mobilização em uma atividade concreta”. Esses três elementos abrigam conteúdos que não se validam apenas por si mesmos, por sofrerem influências ao se apresentarem.

Os significados do trabalho são um construto psicológico móvel e ativo, multidimensionalmente estruturado , elaborado por intermédio da interação entre variáveis do ambiente e relacionadas às pessoas, sendo , ainda, influenciado, conforme o tempo passa, pelas transformações do trabalho (MOW, 1987 apud CARVALHO; BENDASSOLLI, 2019).

Entretanto, a experiência do sujeito com o trabalho não pode ser resumida somente pelos significados recebidos de maneira coletiva, através das práticas culturais. O trabalho também possui sentido, ou seja, abre-se a uma dimensão pessoal, singular. Por isso, os sentidos referem-se ao processo através do qual as pessoas apropriam-se dos significados gerais e conseguem transformá-los, reproduzi-los ou inová-los a partir de sua experiência concreta. Os sentidos referem-se, no processo de significação, à dimensão pessoal e singular. A atividade é o terceiro

elemento fundamental para a realização do processo de internalização-externalização da unidade sentido-significados.

O trabalho significa um constructo multideterminado, sendo um produto social e cultural marcado pelo dinamismo. Por isso, o significado do trabalho não é construído singularmente pelas experiências pessoais dos indivíduos com o trabalho e nas condições em que ele é efetuado, pois eles também recebem a influência das estruturas sociais, bem como pelas condições políticas, econômicas, psicossociais, culturais e tecnológicas que uma determinada época possui. Deste modo, o significado do trabalho é um conhecimento sobre a realidade dele e como maneira de os indivíduos se expressarem perante o mesmo (MOW, 1987 apud BENDASSOLLI; BORGES-ANDRADE, 2011). Tudo isso evidencia a complexidade e profundidade do que está envolvido quando se aborda a concepção de trabalho.

3.2 O Trabalho através dos Tempos

O trabalho tem se transformado através dos tempos. Silva (2015) lembra que na pré-história, o trabalho começou quando os homens criaram seus primeiros instrumentos de pedra. O trabalho continuou seu caminho por todas as sociedades da antiguidade e pela Idade Média. O teor artesanal dominava o mundo produtivo até o século XVIII. Com a chegada da Revolução Industrial, a lógica do capital, implementada fortemente nesse período, houve a valorização da produção em massa propiciada pelo maquinário. A partir da implementação do capitalismo e da acumulação, houve a mudança do trabalho e de toda a sociedade, criando uma ruptura entre criação e produção.

Na América Latina, o trabalho ainda é desvalorizado e até mesmo invisível, lembrando o tempo que remonta à invasão territorial por Portugal e Espanha, quando estes instituíram as colônias de exploração nos locais dominados. Como Portugal e Espanha menosprezavam o valor social do trabalho precarizado (ANTUNES, 2011 apud CARVALHO, 2024) e não somente o Brasil passou por esse processo, mas diversos outros locais latinoamericanos, como, por exemplo, Cuba e Nicarágua (CARVALHO, 2024), refletindo, até os dias atuais, na desvalorização e invisibilidade contínuas. Todavia, para fins de delimitação deste estudo, o foco da desvalorização e invisibilidade em relação ao trabalho ficará concentrado em solo brasileiro.

Através da cultura e da socialização caracterizadas pelo machismo, as mulheres têm sido treinadas, desde o início de suas vidas, para demonstrarem docilidade, subserviência, dependência e, acima de tudo, senso de sacrifício, inclusive para que até sintam prazer com isso (CARVALHO, 2024). Com a desvalorização e invisibilidade do trabalho cultivadas pela

sociedade machista, mais do que a população como um todo, as mulheres são inegavelmente afetadas.

A atividade laboral, por ser dinâmica e plural, não pode ser considerada estática. Embora determinados grupos e comunidades possuam estima pela manutenção das técnicas tradicionais, em geral, o trabalho atualmente, têm feito uso da tecnologia para melhorar técnicas e a comercialização.

Assim, é importante que, em termos de políticas públicas, surjam novos planejamentos e implementações, assim como sejam revistas as políticas públicas já existentes, levando-se em consideração as mudanças ocorridas ao longo dos tempos, a fim de atender às principais reivindicações com relação a melhores condições de efetivação do trabalho (CARVALHO, 2024).

3.3 O trabalho invisibilizado

Para Schwartz (2011, p. 20), a definição de trabalho é concomitantemente “uma evidência viva e uma noção que escapa a toda definição simples e unívoca”. Por isso, não pode ser compreendido e interpretado somente de uma maneira. Porém, embora o trabalho seja uma evidência viva, possui uma noção que não se enquadra em nenhuma definição simples e única. O autor encontra três impasses significativos a respeito da delimitação do conceito de trabalho. O impasse inicial refere-se à data do que seria o nascimento do trabalho. Poderia parecer lógico especificar a data em que o surgimento do trabalho ocorreu com as primeiras ferramentas, fabricação padronizada de modo amplo divulgando a relação de um povo com seu respectivo meio de existência, no eixo de uma mudança, transmitida pela cultura, das normas de satisfação fundamental. No entanto, atualmente, não existem provas de que tal indústria seja a marca exclusiva do ancestral humano mais distante.

Já o segundo impasse revela-se na impossibilidade da simplificação do trabalho, ainda que seja uma impossibilidade parcial. O fracasso na simplificação do trabalho pode desatar as evidências do mesmo, carregando seu teor de invisibilidade. Contido no segundo impasse está a questão da divisão do trabalho, a qual reduz a tarefa do trabalhador a uma operação que, além de muito simples, transforma-se na única ocupação existente em sua vida. Essa ocupação única, se por um lado permite ao trabalhador adquirir uma grande agilidade, por outro lado simplifica demais o seu trabalho, por fazer com que o homem se especialize em operações manuais tão simples que as fontes criativas humanas deixam de ser utilizadas.

No terceiro impasse há as ilusões da divisão do trabalho. Isso porque, historicamente, as divisões do trabalho levam a uma grande compreensão dos processos sociais, sendo a simplificação algo não resolvido, em termos de divisão. Afinal, a divisão do trabalho é algo muito amplo, na prática.

O trabalho pode ser dividido de diversos modos, a citar, pela divisão sexual, pela oposição entre cidade e campo, pela separação dos trabalhadores entre os que usam as mãos e os que usam o intelecto, pela divisão social (por exemplo, quando cada artesão produz uma mercadoria que lhe é peculiar) e pela divisão técnica (a título de ilustração, na decomposição de sequências operativas, com cada trabalhador se responsabilizando por apenas uma parte do processo de produção) (SCHWARTZ, 2011). A divisão racial também é uma realidade. As mulheres negras encontram-se em desvantagem em relação às brancas. Em 2018, por exemplo, no Brasil, a ocupação de pessoas no trabalho doméstico remunerado era de pouco mais de 6 milhões, 14,6% da ocupação feminina no Brasil, sendo que, desse total, as mulheres representavam 5,7 milhões, constituindo-se de negras 3,9 milhões delas (IPEA, 2019). De acordo com Gonzalez (2018 apud SILVA, 2020), a mulher negra, trabalha em serviços de baixa remuneração; assim, quando não trabalha como empregada doméstica, é encontrada em outros serviços de remuneração muito baixa, os quais possuem sentido figurado de servente.

Assim, os impasses que envolvem o trabalho ajudam a compor sua ocultação, sendo o trabalho uma verdadeira combinação do visível, ou seja, o que é prescrito de maneira formal, na teoria, e do invisível, isto é, do que não é aparente de imediato e é vivido na prática.

Embora muitos creiam que o trabalho se apresenta completamente visível, cada um possui ao menos uma parte invisível provisória, no aguardo de uma resolução eventual, bem como uma parte que será sempre enigmática. É interessante constatar que, ao se pesquisar sobre o trabalho invisível, aparecem muitas referências ao trabalho das mulheres.

É interessante salientar também, conforme esclarece Teixeira (2009) que, tanto nos domicílios quanto nos lugares públicos, o trabalho sempre esteve presente na vida das mulheres. O trabalho doméstico, inclusive, efetuado em local privado, no interior de suas residências, até hoje em dia é o local prioritário de atuação feminina. A supracitada autora esclarece, ainda, que, tradicionalmente, quem se responsabilizava pela produção têxtil (a citar, fios, tecidos, bordados, rendas e, em especial, peças do vestuário) eram as mulheres.

O invisibilizado - e desvalorizado na cultura ocidental - trabalho doméstico, em especial, é diretamente associado às mulheres, reforçando a invisibilidade delas na sociedade. A atividade doméstica é, com certeza, uma das formas de trabalho mais antigas presentes na sociedade, e se diferencia das demais especialmente pelo fato de ser associada com frequência

pelo imaginário coletivo à figura feminina. Por isso, através dos anos, construiu-se o conceito (ou melhor dizendo, o preconceito) de que essa tarefa era um atributo do gênero feminino, cuja natureza seria a de servidão (SILVA, 2020). Determinados trabalhos, reconhecidos e de boa remuneração, são considerados nobres pela hierarquia moral da sociedade, ao passo que as tarefas conhecidas como “braçais” não são reconhecidas e a elas não é atribuído valor social, como, por exemplo, o trabalho das domésticas. No caso das domésticas, em particular, em termos de reconhecimento, existe um entroncamento de ausência ou distorção, pois tal ocupação articula todas as dimensões do desfavorecimento: gênero, raça e classe (GARCIA; ROSENFELD, 2024).

O trabalho invisibilizado, no período da industrialização, ficou marcado pela inserção das mulheres no mercado de trabalho em grande parte das funções, e lugares que não possuíam qualificação, com a divisão do trabalho estabelecida tendo como critério a justificativa de que as mulheres não poderiam supervisionar os serviços, por não deterem o conhecimento técnico adequado (TEIXEIRA, 2009).

O trabalho invisibilizado, quando da Belle Époque (1890-1920), especificamente das mulheres, é apontado por Soihet (2004). A implantação, naquela época, dos moldes da típica família burguesa entre os trabalhadores era tida como essencial, porque no regime capitalista que então se implementava, com a abolição da escravidão, o custo de reprodução do trabalho era calculado levando-se em consideração a contribuição invisível do trabalho doméstico não remunerado das mulheres (SOIHET, 2004).

No entanto, a independência econômica das mulheres, em plena segunda metade do século XX, não se traduziu na igualdade entre trabalhadores homens e mulheres, muito menos na afirmação de sua visibilidade autêntica. O que se tornou mais visível foi a discriminação contra as trabalhadoras, concretizando-se na oferta de salários menores, maior frequência da falta de registro em carteira, bem como da presença de assédios sexuais por parte de feitores, empreiteiros e outros agentes pertencentes ao controle do trabalho. Ao ingressarem no mundo da proletarianização, as mulheres, especialmente as mais pobres, adquirem a dupla jornada de trabalho, perdem o saber doméstico outrora dominado e, em diversas situações, passam a criar os filhos sós, porque os maridos ou companheiros deixam de se responsabilizar pela paternagem, e se tornam mulheres sozinhas com filhos (SILVA, 2004).

Surgiu o feminismo, movimento plural pela igualdade de gênero, e sua vertente denominada feminismo negro, o qual analisa a sobreposição de opressões marcantes como o racismo, o sexismo e o classismo.

Os feminismos negros iniciam questionamentos enquanto movimentos sociais justamente em se tratando da categoria mulher como uma unicidade, isto é, em sua singularidade. E assim o fazem, principalmente, colocando em destaque a categoria raça para demonstrar as diferenças no tratamento da mulher negra em uma sociedade que, além de se revelar sexista, também demonstra ser racista. Portanto, os feminismos negros alertam que assim como, no âmbito estrutural, o sexismo coloca a mulher em posição de subordinação na sociedade, o racismo também ocupa esse lugar quando interseccionado com os outros marcadores sociais existentes. Inicialmente, tais tensionamentos propostos pelas mulheres negras acarretaram grande desconforto não somente nos movimentos de mulheres feministas brancas quanto nos movimentos de mulheres feministas negras e nas instituições mistas integradas por essas mulheres; isso devido ao atravessamento das categorias gênero e raça que posicionava, em ambos os casos, essas mulheres em sub-representação. Um dos princípios fundamentais dos feminismos negros é a transformação da condição da mulher negra na sociedade a partir desse local, e os questionamentos apresentados por mulheres negras foram interpretados, por vezes, como um enfraquecimento da união que deveria haver entre as mulheres. Apesar de, diversas teóricas e ativistas elucidaram que esses pontos centrais vistos com diferenças não eram os causadores dessa possível desunião; e sim a negação da diferença em questão. Portanto, na perspectiva das mulheres negras não é possível ser feminista e não ser antirracista! (ASSIS, 2019). Uma das grandes representantes do feminismo negro é Angela Davis, ainda viva, intelectual negra norte-americana, sempre elucidou que tanto o movimento negro quanto o movimento de mulheres deveriam ser compreendidos em suas intersecções e interconexões, não havendo sentido, portanto, em que as mulheres tivessem de escolher qual poderia ser o movimento mais importante. Aqui no Brasil, pode-se citar Sueli Carneiro, Jurema Werneck, Carolina Maria de Jesus e Marielle Franco, mulheres cujos nomes carregam a escrevivência do significado do que é o feminismo e a viabilidade da construção de pontes para que mais e mais mulheres possam se emancipar de corpo e mente de uma sociedade construída para violá-las (MORAES, 2020).

As mulheres pretas ou pardas carregam um fardo adicional ao universo de desvantagens conferido às mulheres: enquanto as mulheres brancas dedicam aproximadamente 21,3 horas por semana aos afazeres domésticos, as pretas ou pardas gastam 1,6 hora a mais (IBGE, 2022).

Kimberlé Crenshaw, responsável pelo termo “interseccionalidade”, defende que as violências sofridas por mulheres são perfiladas por outras dimensões de suas identidades, como raça e classe. As opressões sofridas pelos indivíduos dependerão, conseqüentemente, de suas subjetividades. Uma mulher branca de classe média não está sujeita a mesma submissão que uma mulher negra da classe operária, por

exemplo. Desse modo, analisar a atribuição do trabalho doméstico ao feminino e sua desvalorização sem levar em conta intersecções de raça e classe torna-se infrutífero (SILVA, 2020, p.01).

Através das interseccionalidades, pode-se, portanto, compreender as desvantagens adicionais que as mulheres negras possuem em seu trabalho e, que, sem uma análise mais profunda sob esse prisma, poderiam não ser percebidas de modo correto e profundo em sua subjetividade. É por isso que em profissões de prestígio, como, por exemplo, cargos de gerência e diretoria, são majoritariamente masculinos, não sendo exercidos pela maioria das mulheres e, em um nível também alarmante, se compararmos o número de ocupantes desses cargos entre mulheres brancas e negras, encontraremos as mulheres negras em um número inferior. 2.081 homens eram diretores ou gerentes, em contraste com 1.149 mulheres nos mesmos cargos; das mulheres que exerciam os referidos cargos, pelo quesito racial, 66,14% eram brancas e apenas 33,86% eram pretas ou pardas (IBGE, 2024).

Percebe-se, pois, a presença do trabalho invisibilizado, com a mulher deixando de ser vista pela sociedade como antigamente, limitada às paredes do lar, e ingressando no trabalho antigamente conferido aos homens e valorizado para os homens, confirmando a supremacia da valorização masculina, porém não conseguindo a merecida visibilidade, além de ter de lutar contra constantes e desmerecidas situações pelas quais os trabalhadores do sexo masculino não têm de enfrentar em seu cotidiano profissional.

3.4 As Mulheres e o Trabalho no Brasil

Se, por um lado, o trabalho masculino começou no Paleolítico, isto é, na primeira fase periódica da história, por outro lado, a participação das mulheres, especialmente no mercado de trabalho, ocorreu muito tarde. A Revolução Industrial e, em maior escala, a Primeira Guerra Mundial foram momentos que impulsionaram a referida participação feminina. Antes desses momentos, a participação das mulheres limitava-se aos espaços domésticos, em todas as suas atividades produtivas (PERROT, 2007 apud SILVA, 2015).

Silva (2015) afirma que a aprendizagem artesanal das mulheres, por exemplo, grande parte delas aprendeu o artesanato na infância, nos ambientes domésticos associados às relações familiares, locais onde as figuras femininas representadas por mães, avós, tias, irmãs, dentre outras, são majoritárias na aprendizagem do artesanato. Todavia, independente da época histórica envolvida, o contexto da produção artesanal feminina, tão vinculada ao espaço doméstico, é considerada uma atividade sem visibilidade e socialmente desvalorizada.

Assinala Silva (2015), que a produção artesanal das mulheres que investigou engloba trabalhos, tanto no passado quanto na atualidade, separados historicamente dos espaços públicos e desconsiderados por causa da lógica capitalista. Assim, esse artesanato passa por uma exclusão dupla, por não ter se adequado à produção industrial em massa devido a sua característica de trabalho manual e criativo e, por outro lado, foi desprezado, de maneira histórica, quase que exclusivamente às mulheres e adotado como meio de mantê-las limitadas ao espaço doméstico.

Em contrapartida, não se pode esquecer de que estudos demonstram que as mulheres dão prioridade aos valores associados à realização e à estabilidade, como prazer e realização profissional, bem como independência de pensamento e de ação, e também autonomia intelectual e exercício da criatividade, e ainda, segurança e ordem na vida, ao passo que os homens priorizam valores associados a relações sociais e prestígio, como, por exemplo, autoridade, sucesso na profissão e também poder de influência (SILVA *et al.*, 2024 apud SILVA; MENDONÇA; ZANINI, 2010).

Carvalho (2024), atesta que existe uma nova geração de artesãs, conscientes de que seus direitos precisam ser defendidos. Essas artesãs formam uma outra rede de artesanato e ativismo social, relacionada com temas como o feminismo e outros mais. Tais jovens mulheres, além de comercializarem seus produtos, estão experimentando produzir conteúdo para estabelecer diálogos com outras pessoas; em determinadas circunstâncias, compartilham experiências de vida como um diário aberto para a promoção de cenas cotidianas ou tornar visível temas que julgam relevantes e necessários. Em algumas pesquisas, esse movimento, que não é exclusivo das artesãs, aparece descrito como ciberfeminismo ou quarta onda feminista (Carvalho, 2024).

Em termos gerais de inserção no mercado de trabalho, 53,3% das mulheres encontram-se inseridas, ao passo que para os homens o índice é de 73,2% (IBGE, 2022). É uma inserção que não assegura o afastamento do preconceito e da discriminação. Para Colcerniani, D'Avila Neto e Canvas (2015), dentre os diversos grupos sociais existentes, as mulheres fazem parte do grupo que enfrenta preconceitos e discriminação de maneira mais direta no mercado de trabalho brasileiro.

Em se tratando do trabalho doméstico brasileiro, este possui raízes no próprio processo de colonização e escravidão, em um tempo no qual as negras escravas, de modo predominante, realizavam este tipo de atividade. Indo além disso, o trabalho doméstico, seja ele remunerado ou não, devido à divisão sexual nele inserida, consolidou-se como atividade feminina, e assim permanece, até os dias atuais (MELLO; ROSENFELD, 2024).

3.5 As Relações de Poder no Trabalho

Para Sennett (2009 apud Marquesan; Figueiredo, 2014) o vínculo entre o trabalho e o emprego da capacidade humana para a promoção de transformações socioculturais perpassa, concomitantemente, questões de teor ético e prático. O teor ético está presente porque o trabalho estabelece o comprometimento em honrar os desígnios do homem quando faz algo bem-feito, partindo da execução de seu próprio trabalho, sem justificativas além do orgulho e da autorrealização. No teor da prática, o artesanato não se constitui apenas da aquisição de um conhecimento em profundidade e do desenvolvimento de uma habilidade, mas é também o diálogo constante, inseparavelmente, entre o fazer e o pensar. Todavia, existem relações de poder do trabalho que influenciam os indivíduos.

A ciência psicológica pode contribuir para alertar acerca das relações de poder que oprimem o trabalho, pois,

[...] é no exercício da crítica aos aspectos que caracterizam as relações e as formas de produção do mundo do trabalho, que assume imperativamente todas as instâncias da vida humana, que a ciência psicológica encontra meios de denunciar como as possibilidades de diferenciação do indivíduo vêm sendo logradas pela racionalidade tecnológica. Assim, a reflexão sobre espaços que guardam alguma forma de resistência às imposições sociais de dominação, como a arte e o artesanato, em contraposição com as tendências que os tornam cada vez mais estreitos e subvertidos aos valores da indústria – a produtividade e o lucro –, constitui-se como um importante momento do conhecimento e da intervenção do campo da psicologia crítica (SALGADO; FRANCISCATTI, 2011, p. 294).

As relações de poder no trabalho, assim sendo, podem ser vistas pela psicologia crítica, valorizando o conhecimento e a intervenção nos momentos necessários para o combate ou, ao menos, o alerta, à opressão do trabalhador neste sistema moderno tão injusto da atualidade. Afinal, a produção laboral tem cedido ao mercado, e este parece agir como se fosse um vingador em relação àqueles que oferecem resistência à ordem imposta pela racionalidade de um sistema que rotula trabalhos manuais, por exemplo, como uma mercadoria sem valor, reduzida, no máximo, a um fetiche mercadológico (SALGADO; FRANCISCATTI, 2011).

3.6 As relações de poder no trabalho das mulheres

Durante a Belle Époque (1890-1920), tempo do domínio da burguesia houve um enfoque nos hábitos populares, principalmente quando o trabalho compulsório passou a ser trabalho livre. Nesse sentido, homens e mulheres das classes mais populares precisaram se adaptar ao novo estado de coisas, com a imposição de valores e formas de comportamento

marcados pela rígida disciplinarização do espaço e do tempo do trabalho, estendendo-se às outras áreas de suas vidas.

Os mais ricos concentravam-se em questões sobre a organização da família e de uma classe dirigente sólida que cultivava o respeito às leis, costumes, regras e convenções. Em contrapartida, esperava-se que as classes populares concentrassem uma força de trabalho adequada e disciplinada. Particularmente em relação às mulheres, havia uma forte carga de pressões sobre o comportamento pessoal e familiar almejado, o qual lhes conferissem adequada inserção na nova ordem, considerando-se que das mulheres em questão dependeria a consecução dos novos propósitos em grande escala (SOIHET, 2004).

Os diferentes grupos sociais que compõem a sociedade brasileira são afetados pela modernização, cuja consequência é a produção de conflitos de diversas formas e níveis. De um modo geral, os grupos que se organizaram e mobilizaram, adquiriram projeção política e espaços para entrarem em contato, direta ou indiretamente, com as instituições do Estado (GIULANI, 2004).

Todavia, é importante ressaltar a centralidade da noção de gênero para a compreensão de “todas as relações sociais, instituições e processos, bem como os padrões de subordinação, desigualdades e opressão” (TONELLI, 2023, p. 3). Isso justifica a questão de que, apesar de tantas lutas, sempre houve a necessidade de mais batalhas para as mulheres reivindicarem seus direitos. De acordo com a autora, a identidade feminina está conectada a uma temporalidade social, uma combinação de um tempo muito breve que se dá nas interações diárias, do breve tempo de vida que as mulheres possuem e de um extenso tempo que a História possui, em que a razão e a mente foram ligadas à masculinidade e à ação, em contraposição ao corpo e natureza femininos, nominados a partir do masculino (TONELLI, 2023).

Assim, compreende-se que, de uma forma ou de outra, as relações de poder inclusive no trabalho das mulheres seguem para a opressão. Em uma sociedade tipicamente capitalista, como a brasileira, a opressão se traduz em servidão. É fato que,

a empregada serve ao sistema capitalista, nele integrando-se na medida em que cria as condições para sua plena reprodução. Não podendo usufruir dos benefícios oferecidos por este, pode ser definida como elemento superexplorado das formações sociais dominadas pelo capitalismo (SAFFIOTI, 1979, p. 42-43).

E, assim, a trabalhadora se insere no contexto do capitalismo, e nele vive, sendo continuamente prejudicada. A naturalização da divisão sexual do trabalho é um tipo de injustiça, pois contribui para que mulheres sejam preteridas nos processos de contratação dentro das empresas. Existem trabalhos associados aos homens, por suas peculiaridades, o que explica

a presença de setores que concentram a maioria da mão de obra masculina, sendo que “a divisão sexual do trabalho se mostra anterior à entrada nas organizações, pois desde o ingresso em uma graduação, já se tem o entendimento social dos cursos que são mais apropriados aos homens e às mulheres (CAMPOS;ALVARENGA; MÉLOU, 2025, p.9). Antes mesmo de comprovar a opressão no mundo do trabalho formal, a mulher já se depara com a opressão no mundo acadêmico.

O poder opressor revela-se de modo multiplamente cruel para as mulheres trabalhadoras que passam pela experiência da maternidade, conforme atestam Campos, Alvarenga e Mélo (2025). Como se não bastassem as dificuldades de entrada, permanência e progresso em suas jornadas profissionais, as mulheres ainda tem que lidar com o fato de que os espaços não são acolhedores para quem engravida. Os problemas não se limitam aos espaços de amamentação, porque se estendem aos banheiros, uniformes e equipamentos de segurança sem adaptação, bem como a vários aspectos que evidenciam a não receptibilidade de determinados espaços em relação à mulher. Assim, pode-se entender que, além da mulher, seus filhos arcam com consequências cruéis pelo fato de suas mães serem trabalhadoras. Tanto as mães quanto seus filhos sofrem, seja de modo direto ou indireto, a opressão.

No cotidiano das mulheres rurais, percebe-se a capacidade, através das mobilizações das trabalhadoras, da associação das reflexões acerca da vida doméstica e as demandas dos movimentos populares. Convém lembrar que tais mulheres participam de forma excessiva da produção e enfrentam uma longa jornada de trabalho mal remunerado, mas isso não impede que suas mobilizações ganhem visibilidade, por intermédio de manifestações, protestos e abaixo-assinados que clamam pelo respeito à legislação, ao acesso à previdência social e também ao direito de participação ativa nos seus sindicatos (GIULANI, 2004). Assim, procuram se impor no mercado, apesar das relações de poder que as oprimem.

As reivindicações das mulheres por melhores condições no trabalho sinalizam sua luta para a transformação das relações de poder. Na base das relações de trabalho encontra-se, por exemplo, a construção da masculinidade e da feminilidade. Isso envolve a recusa da mulher trabalhadora dos dias atuais em reconhecer o papel social da dona de casa como o único e prioritário possível, além de não reconhecer no trabalho além do doméstico uma mera força de emancipação e de recusar-se a submeter-se às ordens de uma autoridade patriarcal. Além disso, nessa luta, devem ser levadas em consideração as oportunidades diversas de exercício de cidadania, porque existe uma gama de diferenças e disparidades de oportunidades e trajetórias na vida de cada uma delas (GIULANI, 2004).

No âmbito legal, muitas mulheres, cientes da desigualdade no mundo do trabalho participaram do processo de elaboração da Constituição do ano de 1988 (GIULANI, 2004). Embora a nova carta devesse contribuir para a ampliação da cidadania social feminina, na prática revelou-se um documento que confirmou a enorme distância entre as demandas de cidadania e a redação conclusiva do documento em questão. Como aliado nessa luta, foi criado, no ano de 1989, o Centro Feminista de Estudos e Assessoria – CFEMEA, em cujos boletins são divulgados as proposições legislativas tramitadas no Congresso sobre os direitos da mulher.

Em termos trabalhistas, tais proposições abordam temas diversos, como a igualdade de oportunidades entre os sexos, a licença maternidade, paternidade e adoção, a estabilidade da gestante no emprego, a proteção ao trabalho de mulheres, o emprego doméstico e as creches no local de trabalho, bem como o trabalho escravo e o direito ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), além do seguro desemprego e vale-transporte para as trabalhadoras domésticas (GIULANI, 2004).

Medeiros (2023), assinala as consequências da ligação entre formação acadêmica e ocupação, com enfoque na participação feminina no mercado de trabalho. Mesmo com o aumento dos índices de escolaridade das mulheres, existe uma persistência da segregação ocupacional de gênero e o retorno financeiro diferenciado entre homens e mulheres. Na pesquisa da autora, são usados dados estatísticos para o aprofundamento da investigação do fenômeno da segregação ocupacional e suas respectivas implicações para a participação feminina no mercado de trabalho.

Foram encontradas considerações alarmantes ao redor do mundo (ou seja, tais situações não restringem-se ao território brasileiro) envolvendo segregação ocupacional, diferenças salariais e barreiras no mercado de trabalho. Há uma segregação ocupacional, posto que profissões majoritariamente masculinas as forcem a ocupar outros espaços, onde estão as profissões consideradas femininas. Com isso, as mulheres se encontram em diferentes grupos de setores distintos tendo assim salários mais baixos e condições de trabalho precárias.

Existem, também, diferenças salariais, mesmo sendo as mulheres maioria, tanto em se tratando do mercado de trabalho, quanto em relação aos níveis educacionais mais elevados do sistema. Isso porque, de um modo geral, profissões associadas a características peculiarmente femininas possuem remunerações inferiores às das áreas dominadas pelo sexo masculino, contribuindo para a disparidade salarial entre homens e mulheres, mesmo havendo um nível de educação formal mais evidenciado às mulheres que homens. Por isso, não é surpreendente verificar que dados do IBGE (2024) apontam que 8.233 homens trabalhavam como operadores de instalações e máquinas e montadores, em contraste com apenas 1.276 mulheres.

Em se tratando das dificuldades no mercado de trabalho, mulheres que trabalham em profissões consideradas masculinas deparam-se com problemas como assédio moral e sexual, bem como, em comparação com os homens, salários mais baixos e oportunidades reduzidas de progresso profissional, embora, em termos de ensino superior, as mulheres que estejam em uma área de formação que possuam mais ligações com o mercado de trabalho tenham maior probabilidade de quererem participar do mercado de trabalho.

Logo, as relações de poder no trabalho das mulheres serviram e ainda servem para oprimi-las ou tentar oprimi-las, e é necessário um grande esforço e persistência das trabalhadoras para a luta contra essa dura realidade erguida pela História e confirmada no cotidiano da sociedade brasileira, desde o ambiente do lar até os lugares externos e dispositivos legais.

3.7 Mulheres e o trabalho no Tocantins

3.7.1 Caracterização do Tocantins

O estado do Tocantins é emancipado de Goiás, sendo localizado anteriormente ao norte do estado de Goiás, e se emancipa em 5 de outubro de 1988, com a criação do estado pela Constituição Federal da República do Brasil, sendo considerado o estado com a capital mais jovem do país, Palmas.

Logo, em se tratando, por exemplo, da supracitada região brasileira, é preciso a criação de oportunidades de emprego para as mulheres que compensem as desigualdades de gênero enfrentadas por elas, a citar, políticas públicas que reforcem a capacitação feminina, apoio ao emprego agrícola formal, suporte de maior porte ao empreendedorismo exercido pelas mulheres, aprimoramento da qualificação e formação profissional das mesmas, além de apoio nas atividades tipicamente associadas às trabalhadoras que são mães.

O estado é jovem, com população em idade mediana de 31 anos, total de 1.511.460 habitantes (IBGE, 2022).

- ❖ destaca-se por ter mais homens do que mulheres, uma das quatro exceções no Brasil, com uma diferença de **3.078 homens a mais** que mulheres.
- ❖ **Homens:** Maioria no estado (aprox. 50,1% a 50,2% da população).
- ❖ **Mulheres:** Minoria em comparação à população masculina, representando cerca de 49,8% a 49,9% (IBGE, 2022).

De acordo com os dados do IBGE (2024), o rendimento médio mensal no Tocantins é estimado em R\$2.630,00, sendo que as mulheres ganham quase 20% menos que os homens. Se não houvesse essa discrepância de 20%, a situação não seria tão ruim, pois a concentração de rendimento mensal de pessoas de 15 anos ou mais no Brasil foi principalmente na faixa de mais de 1 a 2 salários mínimos (34,85% da população) e em Tocantins 31,81%.

Todavia, o Tocantins obteve o maior rendimento mensal domiciliar per capita das regiões Norte e Nordeste: R\$1.725,00 (valor médio geral). No emprego público, o Tocantins teve o terceiro melhor índice de equilíbrio de gênero no Brasil (IBGE, 2024). Assim sendo, o problema-mor de disparidade salarial de gênero tocaninense não se situa no setor público.

Oliveira (2017), em estudo baseado em entrevistas com mulheres trabalhadoras do Tocantins, abrangendo as cidades de Miranorte, Miracema e Palmas do Tocantins, percebeu que as mulheres trabalhadoras em ofícios tidos como masculinos enfrentam de modo constante as diferenças de classe, e de gênero na esfera do trabalho. As mulheres em questão apresentaram uma dicotomia em suas vidas: rompem, de certa maneira, com a rigidez pertinente à divisão sexual do trabalho, mas reproduziram em seus discursos concepções conservadoras sobre a construção do gênero feminino, por relacionarem ao universo da mulher a afetividade, o sentimentalismo e a emotividade, bem como papéis domésticos e valores femininos tradicionais.

O IBGE assinala que a idade média no momento do parto no Tocantins estava em 27,1 anos, sendo que a ociosidade forçada situava-se entre 15 e 24 anos. Porém, foram registrados 3.766 casos de gravidezes entre 10 e 19 anos (IBGE, 2022). Assim sendo, a questão da maternidade pode ser um fator dificultador do ingresso das mulheres no mercado de trabalho.

Desse modo, com o propósito de contribuir com a história do trabalho, um dos temas que se detém a Psicologia Social do Trabalho, que cumpre o papel de pensar uma Psicologia crítica e interdisciplinar que pretendemos discutir acerca do trabalho das mulheres no Tocantins desde sua criação em fins dos anos 1980 e início dos anos 1990 aos dias atuais.

1 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Foram pesquisados o trabalho informal e o trabalho temporário de mulheres, observando-se o trabalho referente às mulheres no Tocantins. Índices referentes ao Brasil, como um todo e aos homens brasileiros foram adicionados, quando necessários para comparar e contrastar com a realidade feminina.

Tabela 1 – Sistematização dos trabalhos revisados.

| Autor(a) | Base de dados | Ano | Título | Filiação institucional dos autores |
|---|---|------------|--|---|
| CAMPOS, L. A. ; ALVARENGA, E. C. ; MÉLOU, A. C. S. | Repositório Institucional da UFT (RIUFT). | 2025 | Mulheres e mercado de trabalho pelas lentes de psicólogas (os) organizacionais. | Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, PA, Brasil. Instituto de Ensino Superior da Grande Florianópolis (IESGF), Florianópolis, SC, Brasil. |
| OLIVEIRA, Fernanda da Silva | Repositório Institucional da UFT (RIUFT). | 2017 | Gênero e Trabalho no Tocantins: Mulheres Exercendo Profissões “Consideradas Masculinas” | Universidade Federal do Tocantins (UFT) |

| | | | | |
|---------------------------------------|--------|------|---|---|
| CARVALHO, D. S.; BENDASSOLLI, P | Scielo | 2019 | Processo de significação no trabalho para trabalhadores artesanais atuando em uma capital do nordeste brasileiro | Universidade Potiguar, Rio Grande do Norte, Natal/RN, Brasil Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN, Brasil |
| DUARTE, R | Scielo | 2002 | Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo | Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Educação, Rio de Janeiro, Brazil |
| MEDEIROS, C. M | Scielo | 2023 | As consequências das ligações entre áreas de formação e ocupações: a participação das mulheres no mercado de trabalho | IESP-UERJ. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro (RJ), Brasil |
| MELLO, L.G; ROSENFELD, C.L. | Scielo | 2024 | Desconhecimento e demarcação simbólica no trabalho doméstico: o progresso moral posto à prova | Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil. |
| SILVA, F. E. R. et al | Scielo | 2024 | Valores do trabalho no contexto da economia criativa: | Universidade Federal do Ceará (UFC) / Programa de Pós- |

| | | | | |
|--|--|--|---|---|
| | | | um estudo com artesãs-empREENDEDORAS DA cosmÉTICA natural | graduação em Administração e Controladoria, Fortaleza- CE, Brasil Universidade Federal do Ceará (UFC) / Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Gestão da Educação |
|--|--|--|---|---|

Fonte: Elaborado pela autora

4.1 Mulheres e trabalho doméstico

As mulheres que participavam no trabalho doméstico remunerado representavam 5,7 milhões, sendo que 3,9 milhões eram negras (IPEA, 2019).

Por escolha de pesquisa, optamos por realizar as pesquisas seguintes com relação às mulheres tocantineses e o trabalho entre os anos de 2018 a 2024, no intuito de demonstrar o cenário tocantinense dos últimos 6 anos, um ano antes de uma emergência de saúde internacional e os anos seguintes atravessados pela vivência do vírus da COVID-19, e por um censo do IBGE, adiado em decorrência da pandemia da COVID-19¹, isto é, um censo previsto então para 2020 e em decorrência da determinação de emergência de saúde pública constou em adiamentos, sendo realizado apenas no ano de 2022. Logo, optamos por realizar as pesquisas em dados públicos no ano anterior à emergência de saúde mencionada e os anos seguintes atravessados pela emergência que ocasionou eventos online e híbridos e pelo retorno às atividades presenciais após o início da vacinação em 2021.

Desse modo, destacamos que em 2018, 14,6% das mulheres brasileiras, participavam do trabalho doméstico remunerado, ao passo que 85,4% estavam em outros trabalhos.

¹ Pandemia que gerou uma crise de saúde mundial em decorrência da disseminação de um vírus SARS- COV 2, vírus da família do coronavírus que ocasiona a COVID- 19, fato que se iniciou em Wuhan na China em fins de 2019 e início de 2020 (data declarada pela OMS como emergência de saúde pública internacional), acarretou em requisitos para sobrevivência, o isolamento social em massa da população mundial.

Gráfico 1 – Participação das mulheres no trabalho doméstico remunerado em 2018 Brasil.



Fonte: IPEA, 2019

A porcentagem, se comparada a uma gama de profissões existentes atualmente, denota que o trabalho doméstico, público ou privado, é o local prioritário de atuação feminina (TEIXEIRA, 2009). Pode-se observar que o desprestigiado trabalho doméstico se configura como uma ocupação de invisibilidade para milhões de mulheres brasileiras.

Em comparação com as brancas, as mulheres negras possuíam em 2018 uma porcentagem de 75,6% de participação no trabalho doméstico remunerado. Isso se explica historicamente, pelo processo de colonização e escravidão, quando principalmente as negras escravas realizavam o trabalho doméstico (MELLO; ROSENFELD, 2024).

Ainda que o trabalho doméstico feminino brasileiro tenha sido de somente 14,6% em 2018, isso representa uma confirmação do conceito de submissão conferido às mulheres, já que o trabalho doméstico é majoritariamente feminino, trabalho esse que possui raízes histórias associadas à falta de uma postura ativa cotidiana (ênfase no seguir regras e em obedecer a comandos).

Gráfico 2 – Participação das mulheres brancas e negras no trabalho doméstico remunerado em 2018



Fonte: IPEA, 2019

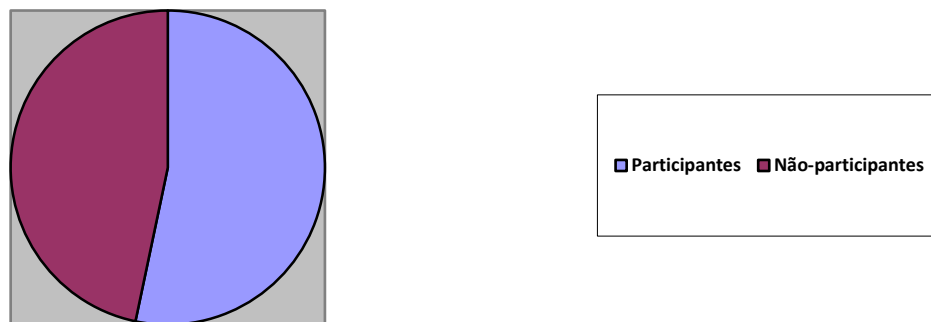
As mulheres negras, com uma história ao longo dos tempos de invisibilidade mais acentuada do que as brancas, possuem uma maior participação no percentual de trabalho doméstico. A mulher negra, conforme atestado por Gonzalez (2018 apud SILVA, 2020) trabalha em serviços de baixa remuneração, seja como empregada doméstica, seja em outros serviços de conotação servente. Ou seja, tanto as mulheres negras quanto as brancas possuem marcas de invisibilidade que atravessam séculos. No entanto, mais mulheres negras trabalham em serviços de menor remuneração e na condição de servir.

Embora o trabalho doméstico represente uma pequena percentagem em relação ao mercado de trabalho como um todo, a participação das mulheres negras no trabalho doméstico é suprema, 75,6%, contrastando com 34,4% das mulheres brancas.

4.2 Relação trabalho homens e mulheres

Em termos de participação das mulheres no mercado de trabalho, a taxa foi de 53,3% em 2022. O restante das mulheres, 46,7%, não estava inserido no mercado de trabalho.

Gráfico 3 – Participação das mulheres no mercado de trabalho em 2022, Tocantins



Fonte: IBGE, 2022

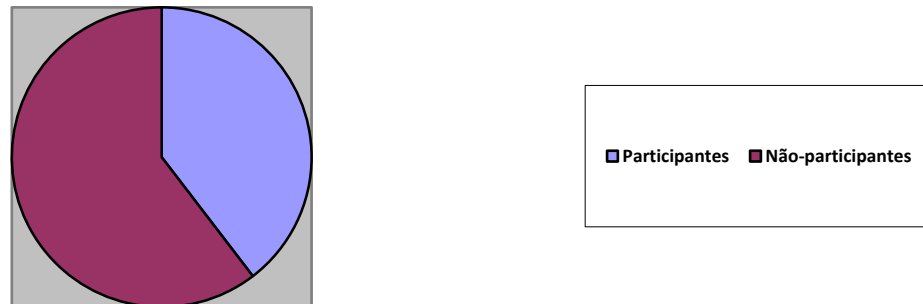
Isso demonstra a presença marcante das mulheres fora do mercado de trabalho. Uma explicação plausível seria a existência de setores de maior mão de obra masculina (CAMPOS; ALVARENGA; MÉLOU, 2025).

Logo, percebe-se que, embora a maioria da população feminina, 53,3%, esteja participando do mercado de trabalho, 46,7%, um número expressivo não está. E isso em relação ao ano de 2022, o que significa que é uma informação recente. A bagagem histórica, conferida

às mulheres, envolvendo subordinação , desigualdades e opressão parece que continua a ser carregada por elas.

No mercado de trabalho informal, o índice de participação de mulheres brancas é de 39,6%. Na informalidade, o índice que atesta a presença de mulheres brancas não é tão alto quanto o referente às mulheres pretas ou pardas.

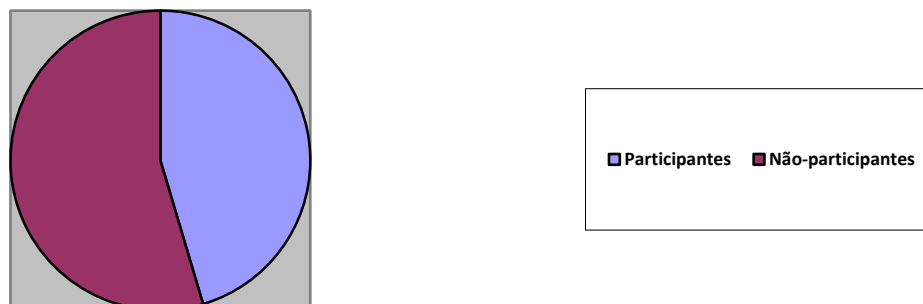
Gráfico 4 – Participação das mulheres brancas no mercado de trabalho informal em 2022, Tocantins



Fonte: IBGE, 2022

Com a participação de 39,6% das mulheres brancas no mercado de trabalho informal, em um gráfico que contém apenas a população brasileira feminina (Gráfico 4),ratifica-se uma maior carga de dificuldade no universo do trabalho das mulheres pretas, pois estas concentram-se mais na informalidade, o que representa mais barreiras em relação aos seus direitos trabalhistas. Em se tratando de mulheres pretas ou pardas, o índice de participação no mercado de trabalho informal foi de 45,4%.

Gráfico 5 – Participação das mulheres pretas ou pardas no mercado de trabalho informal em 2022

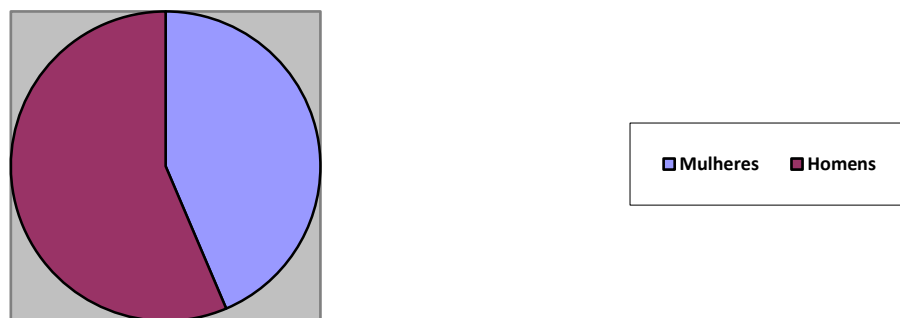


Fonte: IBGE, 2022

Acompanhando o padrão nacional, as mulheres tocantinenses não são maioria no mercado de trabalho, nem em termos populacionais. No ano de 2022, o índice de mulheres tocantinenses que participavam no mercado de trabalho representava apenas 43,6% da força de trabalho, mesmo sendo as mulheres, em sua totalidade, a maioria populacional (52% da população tocantinense, na íntegra). A gravidez precoce (IBGE,2022) pode ser um fator que contribui para essa realidade. Existe o desafio de criar oportunidades empregatícias inclusivas para solucionar a disparidade de gênero, a citar, a inserção de creches para que mães possam trabalhar (CARVALHO, 2021).

4.3 Mulheres e ociosidade

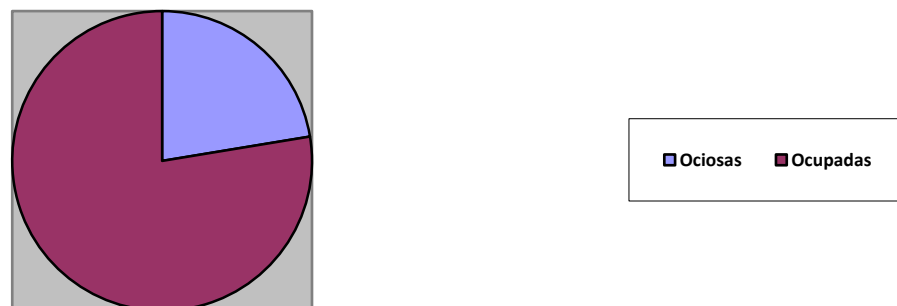
Gráfico 6- Participação das mulheres tocantinenses no mercado de trabalho em 2022



Fonte: IBGE, 2022

No ano de 2022, aproximadamente 22,4% das tocantinenses entre 15 e 24 anos não estudavam e não estavam ocupadas (tanto formal quanto informalmente), denotando uma ociosidade forçada elevada, em termos de índices.

Gráfico 7- Ociosidade forçada das tocantinenses entre 15 e 24 anos em 2022



Fonte: IBGE, 2022

Um grupo etário no qual existe o exemplo de que, antes mesmo de entrarem no mercado de trabalho cobertas pelo véu da invisibilidade, já se encontram invisíveis, pela ociosidade de suas vidas.

Em se tratando de diretores e gerentes, exemplos das chamadas profissões de prestígio, 58,95% dos cargos no Brasil eram ocupados por homens, em contraste com 41,05% das mulheres.

4.4. Mulheres e gestão

Gráfico 8- Diretores e gerentes em 2024

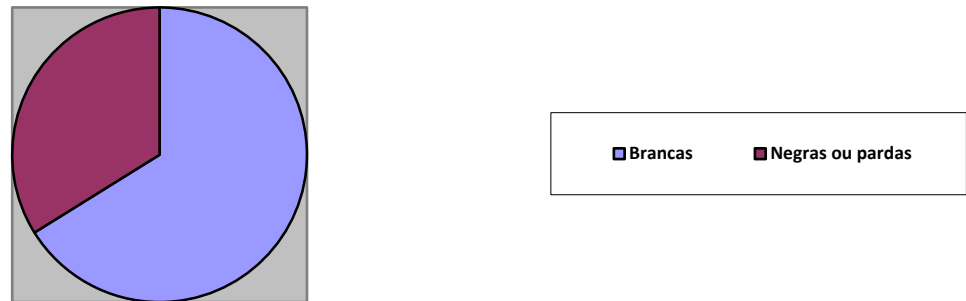


Fonte: IBGE, 2024

A supremacia masculina nesse grande grupo ocupacional indica que, mesmo sendo a maioria da população, as mulheres são minoria em cargos de liderança. Aqui temos uma herança do trabalho invisibilizado no período da industrialização, quando ficou determinado que as mulheres não poderiam supervisionar os serviços, por não deterem adequado conhecimento técnico (TEIXEIRA, 2009).

Em contrapartida, a supremacia das mulheres brancas como diretoras e gerentes surge quando somente as mulheres são analisadas. Neste caso, as mulheres pretas ou pardas aparecem minoritariamente. As mulheres brancas representam 66,14% dos cargos e as mulheres pretas ou pardas 33,86%.

Gráfico 9- Diretores e gerentes mulheres em 2024

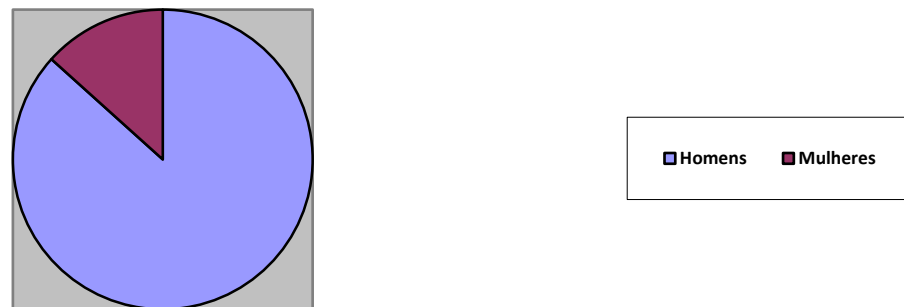


Fonte: IBGE ,2024

Mas, mesmo ocupações de menor prestígio, também podem ser de supremacia masculina, quando esbarram na questão da segregação ocupacional, porque profissões consideradas masculinas forçam as mulheres a ocupar outros espaços (MEDEIROS, 2023).

Operadores de instalações e máquinas e montadores do sexo masculino são maioria no país. Dados recentes assinalam, nesse sentido, 86,67% de homens e apenas 13,33% de mulheres.

Gráfico 10- Operadores de instalações e máquinas e montadores em 2024



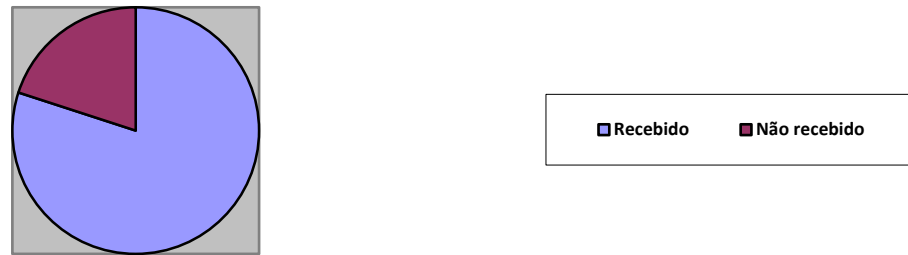
Fonte: IBGE ,2024

A segregação ocupacional de gênero persiste no ambiente laboral, mesmo hoje em dia, como pode ser observado nos índices encontrados.

O rendimento médio mensal no Tocantins é estimado em R\$2.630,00, mas as mulheres ganham quase 20% menos que os homens (IBGE, 2024).

4.5 Mulheres e desigualdade salarial

Gráfico 11- Rendimento médio feminino no Tocantins em 2024



Fonte: IBGE, 2024

Apesar das conquistas femininas os salários continuam desiguais (OLIVEIRA, 2017, p.66). Saffioti (2015) alerta para o fato de que tanto a tradição de a mulher ser submissa ao homem quanto a desigualdade sexual de direitos entre os sexos, não podem ser analisadas de modo isolado:

Sendo a família a unidade econômica por excelência nas sociedades pré-capitalistas, a atividade trabalho é também desempenhada pelas mulheres das camadas menos privilegiadas. Embora não se possa falar em independência econômica da mulher (esta é uma noção individualista que nasce com o capitalismo), pois o trabalho se desenvolvia no grupo familiar e para ele, o mundo econômico não era estranho à mulher. Não se trata de indagar aqui se o papel econômico da mulher lhe tirava posição social compensatória de sua submissão ao de decisões da família: o homem. Trata-se, isto sim, indagar-se, não obstante sua incapacidade, a mulher encontra via de integração nas sociedades pré-capitalistas (SAFFIOTI, 2015, p.16).

Logo, persiste a desigualdade salarial, em uma sociedade na qual a submissão e a desigualdade de direitos das mulheres emergem em um cenário marcado por diversas situações difíceis.

Assim sendo, de um salário que poderia atingir R\$2.630,00 na média, as mulheres podem deixar de receber R\$263,00, ficando com R\$2.367,00.

Convém ressaltar que, em especial em relação às mulheres negras (incluindo pretas e pardas) no estado seguem a tendência nacional, de acordo com o IBGE (2024), em termos de desigualdade. Essas mulheres possuem os índices mais elevados de desocupação, informalidade e disparidade salarial no Tocantins.

Destarte, o rendimento médio feminino no Tocantins em 2022 estava aquém da média nacional. As mulheres tocantinenses receberam aproximadamente 20% menos do que a média brasileira em 2022 (Gráfico 11). Embora nos cargos públicos não haja discrepância salarial acerca do gênero, como o gráfico compreende o rendimento médio feminino no Tocantins, independentemente de o trabalho ser no setor público ou privado, percebe-se que, de um modo geral, as mulheres tocantinenses não são contempladas pela isonomia salarial.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história das mulheres no mercado de trabalho tocantinense é marcada por desigualdades que indicam invisibilidade, o que reflete a realidade do Brasil também, em sua maioria.

Embora a maioria populacional no estado do Tocantins, são apenas 43,6% da força de trabalho. Seu rendimento médio é 20% inferior ao masculino. Assim, mesmo quando trabalham, não se encontram visíveis como a população masculina.

Existe ainda a invisibilidade daquelas que nem em condições aquém das justas conseguem chegar ao mercado de trabalho, como 22% das jovens tocantinenses entre 15 e 24 anos, que se encontram em uma forçada e elevada ociosidade, possivelmente, dentre outros fatores, pela gravidez precoce.

Em se tratando das mulheres negras, as condições revelam-se ainda piores, consistindo-se de disparidades estruturais que se materializam nos índices mais alarmantes de desocupação, informalidade e baixos salários no Tocantins.

As características das relações de poder no trabalho das mulheres envolvem opressão masculina e a necessidade de desconstrução e reconstrução do conceito de masculinidade e feminilidade, haja vista que o pensamento de que a mulher é um ser inferior, fragilizado física e emocionalmente e dependente ainda persiste nos ambientes laborais e até mesmo na mente de determinadas mulheres ainda presas à concepção de submissão feminina ao poder masculino.

Entretanto, este estudo não pode ser considerado concluído, pois o trabalho de mulheres engloba uma série de aspectos que não podem ser explanados e condensados na íntegra em somente uma pesquisa acadêmica, despertando aqui então a busca por novas e outras pesquisas que gerem mais visibilidade a essas mulheres no cenário tocantinense e por mais políticas públicas no trabalho e na inserção laboral de mulheres.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, R. **O continente do labor**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- ASSIS, D. N. C. **Interseccionalidades**. Gênero e sexualidade na educação. UFBA: Salvador, 2019.
- ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. S/d. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/>. Acesso em: 08 fev. 2026.
- BENDASSOLLI, P. E.; BORGES-ANDRADE, J.E. Significado do trabalho nas indústrias criativas. **RAE**, São Paulo, v.51, n.2, p.143-159, mar./abr. 2019.
- CAMPOS, L. A. ; ALVARENGA, E. C. ; MÉLOU, A. C. S. A. Mulheres e mercado de trabalho pelas lentes de psicólogas (os) organizacionais. **Revista Trabalho (En)Cena**, v.10,n.contínuo,2025.Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/encena/article/view/18546> . Acesso em: 30 out. 2025.
- CARVALHO, D. S.; BENDASSOLLI, P. Processo de significação no trabalho para trabalhadores artesanais atuando em uma capital do nordeste brasileiro. **Psicologia & Sociedade**, 31, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/8nGgJRWMSfyN4CGm5wT79Xy/?lang=pt> . Acesso em: 27 set., 2025.
- CARVALHO, I. **Trabalho artesanal feito por mulheres**: tramas educativas da amaterialidade. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, PUCRS.Porto Alegre, 2024.
- CENTRO FEMINISTA DE ESTUDOS E ASSESSORIA – **CFEMEA**. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/governo-aberto/iniciativas-de-governo-aberto/organizacoes-da-sociedade-civil/de-a-a-z/centro-feminista-de-estudos-e-assessoria-cfemea> . Acesso em: 08 fev. 2026.
- COLCERNIANI, C. B.; D'Ávila Neto, M. I.;CAVAS, C.de S.T. A participação das mulheres no mercado de trabalho sob a perspectiva da teoria da justiça social de Nancy Fraser e dos conceitos relativos ao trabalho decente. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v.18, n.2, 2015,p.169-180. Disponível em: https://revistas.usp.br/cpst/pt_BR/article/view/125805/122802 . Acesso em: 03 fev. 2026.
- DUARTE, R. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 115, v.1, p. 139-154, mar., 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/PmPzwwqMxQsvQwH5bkrhrDKm/?lang=pt>. Acesso em: 28 set. 2025.
- GIULANI, P.C. Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira. In: DEL PRIORE, M. (org.); BASSANEZI, C. (coord. de textos). **História das mulheres no Brasil**.São Paulo: Contexto, 2004.
- GONZALEZ, L. **Primavera para rosas negras**. 1. ed. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.

IBGE. Brasil/Tocantins.**Estatísticas de Gênero**: indicadores sociais das mulheres no Brasil.Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/pesquisa/10073/0> . Acesso em 03 fev. 2026.

IBGE. Brasil/Tocantins..Disponível em: <https://portaldemapas.ibge.gov.br/portal.php#mapa776>. Acesso em 03 fev. 2026.

IPEA. **Dinâmicas de violência das regiões brasileiras estado do Tocantins**. 2023. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/7907-ridinamviolenciatopubpreliminar.pdf> . Acesso em: 08 fev. 2026.

IPEA.S/d . Disponível em: <https://portalantigo.ipea.gov.br/portal/> . Acesso em 04 fev. 2026.

MARQUESAN, F. F. S.; FIGUEIREDO, M. D. De artesão a empreendedor: a ressignificação do trabalho artesanal como estratégia para a reprodução das relações desiguais de poder. **RAM**, São Paulo, v. 15, n.16, Edição Especial, p.76-97., nov./dez. 2014.

MEDEIROS, C. M. As consequências das ligações entre áreas de formação e ocupações: a participação das mulheres no mercado de trabalho. **SciELO Preprints**, 2023. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/7099/13339> . Acesso em: 11 out., 2025.

MELLO, L.G; ROSENFELD, C.L. Desconhecimento e demarcação simbólica no trabalho doméstico: o progresso moral posto à prova. **Sociologias**, 26, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/BCm4jYy6VFVz8xdP9zYMWXB/?lang=pt>. Acesso em: 07 fev. 2026.

MINAYO, M. C. S. **Análise qualitativa**: teoria, passos e fidedignidade. *Ciência & Saúde Coletiva*, v.17, n.3, p. 621-626, 2012.

MOW - Meaning of Work International Research Team. **The meaning of working**. London: Academic Press, 1987.

OLIVEIRA, F. da S. **Gênero e Trabalho no Tocantins**: Mulheres Exercendo Profissões “Consideradas” Masculinas. / Fernanda da Silva Oliveira. – Trabalho de Conclusão de Curso – Serviço Social, UFT Miracema, TO, 2017.

PERROT, M. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

RIBEIRO, C. V. S.; LÉDA, D. B. O significado do trabalho em tempos de reestruturação produtiva. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v.4, n.2, p.76-83, 2009.

ROTHER, E. T. Revisão sistemática X revisão narrativa. Editorial. **Acta Paulista de Enfermagem**, v.20, n.2, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/z7zZ4Z4GwYV6FR7S9FHTByr/?lang=pt> .Acesso em: 04 fev. 2026.

SAFFIOTI, H. **Emprego doméstico e capitalismo**. Avenir editora limitada, Rio de Janeiro, 1979.

SAFFIOTI, H. **A Mulher na sociedade de classes**: mito e realidade; prefácio [de] Antônio Cândido de Mello e Souza. Petrópolis, Vozes, 1976.

SALGADO, M.; FRANCISCATTI, K. V. S. Arte, Artesanato e Trabalho: Um Estudo acerca dos Limites do Fazer e do Criar Artesanal. . **Gerais**: Revista Interinstitucional de Psicologia, v.4, n.2, p.284-296, jul./dez. 2011.

SCHWARTZ, Y. Conceituando o trabalho, o visível e o invisível. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/HTF7DtBVhZfgVZXqhkPX4Mx/abstract/?lang=pt> . Acesso em: 13 out., 2025. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 9,supl.1, p. 19-45, 2011.

SENNETT, R. **O artífice**. São Paulo: Record, 2009.

SILVA, F. E. R. et al. Valores do trabalho no contexto da economia criativa: um estudo com artesãs-empendedoras da cosmética natural. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v.22, n.2, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/k6bRVYMSvbND3sfBKFpkgrp/?lang=pt> . Acesso em: 28 set. 2025.

SILVA, M. A. Abordagem sobre trabalho artesanal em histórias de vidas de mulheres. **Educar em Revista**, Curitiba, n.55, p.247-260, jan./mar. 2015

SILVA, M. A. M. De colona a boia-fria. In: DEL PRIORE, M. (org.); BASSANEZI, C. (coord. de textos). **História das mulheres no Brasil**.São Paulo: Contexto, 2004.

SILVA, M. R. M. S.; MENDONÇA, H.; ZANINI, D. S. Diferenças de gênero e valores relativos ao trabalho. **Paideia**, v.20, n. 45, p.39-45, 2010.

SOIHET, R. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: DEL PRIORE, M. (org.); BASSANEZI, C. (coord. de textos). **História das mulheres no Brasil**.São Paulo: Contexto, 2004.

TONELLI, M. J. Nada de Novo no Front: as Mulheres no mercado de trabalho. **Revista de Administração Contemporânea**, v.27, n.5, 2023.